

A HISTÓRIA DA DESEDUCAÇÃO DO NEGRO BRASILEIRO Entre a escola, o Estado e a sociedade civil

THE HISTORY OF MIS-EDUCATION OF BLACK BRAZILIANS Between the school, the state and civil society

DANNIEL LEÃO DE OLIVEIRA¹

RESUMO

O objetivo desse estudo é relacionar a deseducação do negro no Brasil com as dinâmicas entre escola, Estado e sociedade civil na história brasileira. Carter G. Woodson (1875-1950), um educador negro dos Estados Unidos, propõe o conceito de deseducação do negro para expor os diversos processos de exclusão sofridos pela população negra no sistema educacional de seu país. Diante dessa ideia de deseducação, o presente trabalho analisa os processos de exclusão dos sujeitos negros no decorrer da história brasileira, a partir das relações entre escola, Estado e sociedade civil. A deseducação do negro se organiza no Brasil a partir da estruturalização do racismo como instrumento de dominação histórico-social. Nesse sentido, as escolas brasileiras foram historicamente instrumentalizadas para excluir a população negra e assim perpetuar a organização de um Estado racista e coibir uma organização efetiva de uma sociedade civil plena e inclusiva. Esse processo de exclusão educacional da população negra pode ser observado, a partir das relações entre escola, Estado e sociedade civil nos diferentes momentos da história brasileira: Colônia; Império; Primeira República; Estado Novo; Ditadura Militar; Democratização e atualidade.

Palavras-chave: Deseducação. Racismo. História Brasileira.

ABSTRACT

The aim of this study is to relate the mis-education of black people in Brazil to the dynamics between schools, the state and civil society in Brazilian history. Carter G. Woodson (1875-1950), a black educator from the United States, proposed the concept of black mis-education to expose the various processes of exclusion suffered by the black population in his country's educational system. In light of this idea of mis-education, this paper analyzes the processes of exclusion of

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em educação da UEFS, e-mail do autor: dannielleaooliveira@gmail.com

black subjects throughout Brazilian history, based on the relationship between school, state and civil society. The mis-education of black people is organized in Brazil based on the structuralization of racism as an instrument of social-historical domination. In this sense, Brazilian schools have historically been instrumentalized to exclude the black population and thus perpetuate the organization of a racist state and curb the effective organization of a full and inclusive civil society. This process of educational exclusion of the black population can be observed from the relationships between schools, the state and civil society at different moments in Brazilian history: the colony; the empire; the First Republic; the Estado Novo; the military dictatorship; democratization and the present day.

Keywords: Mis-education. Racism. Brazilian history.

INTRODUÇÃO

Estudar as relações, práticas e teóricas, entre processos educacionais, população negra e organização social no Brasil, é uma tarefa de alto nível de complexidade. O campo da educação se entrelaça com as diversas formas de organização social, sendo necessário realizar estudos sobre a educação a partir das relações entre as escolas, o Estado e a sociedade civil. Ao adicionar as relações raciais dos sujeitos negros nessa equação entre educação e organização da sociedade, é preciso realizar estudos tendo em vista como a educação foi negada para esses sujeitos ao longo da história e como esses sujeitos se organizaram diante dos processos educacionais de uma sociedade racista.

Nesse sentido, Carter G. Woodson (1875-1950), um educador negro dos Estados Unidos, elabora uma expressão que simboliza a exclusão dos negros e negras dos contextos educacionais de seu país: a deseducação do negro. Para Woodson (2021), as escolas dos Estados Unidos mesmo após a abolição, tanto nos estados que possuíam escolas segregadas como nos estados que não as possuíam, não trataram de educar os sujeitos negros, muito pelo contrário, foram utilizadas como um instrumento prático de uma sociedade racista que intencionalmente deseducou as pessoas negras.

Diante desse panorama, este artigo busca realizar um estudo sobre a deseducação do negro no Brasil a partir de uma relação direta entre os

processos de educação e as diversas configurações sociais do país. Assim, o objetivo desse trabalho é relacionar a deseducação do negro no Brasil com as dinâmicas entre escola, Estado e sociedade civil na história brasileira. Esse artigo tenta colocar um foco na educação oferecida aos sujeitos negros nos diferentes momentos de formação estado-social do Brasil, para se debruçar sobre a dominação oriunda da deseducação dos sujeitos negros.

Para englobar a discussão entre, raça, educação e organização social brasileira, esse estudo se divide em três momentos distintos. Primeiro será discutido o conceito de deseducação, desenvolvido por Woodson (2021) em seus estudos sobre a rede educacional dos Estados Unidos. Para alcançar uma maior amplitude nesse debate, esse conceito será analisado com as contribuições do sociólogo e educador negro dos Estados Unidos, William Edward Burghardt Du Bois. A ideia é elaborar um entendimento amplo do conceito de deseducação dos sujeitos negros em sua conexão direta com o Estado e a sociedade civil para depois compreender como é possível associar esse fenômeno de deseducação na sociedade brasileira. No segundo momento será realizada uma discussão sobre a deseducação do sujeito negro como resultado direto das relações entre Estado e sociedade civil. Ainda nesse momento será apontado que um Estado com configurações racistas utiliza a deseducação como ferramenta de exclusão para auxiliar na manutenção de uma ordem social vigente baseada na exploração de pessoas negras. Em último, a partir do panorama apresentado anteriormente no texto, será abordado a deseducação do negro no Brasil relacionando a educação destinada a população negra com as configurações de Estado e sociedade civil em diferentes momentos da história brasileira (Colônia e Império; Primeira República, o Estado Novo; Ditadura Militar; Democratização e atualidade).

1. O CONCEITO DE DESEDUCAÇÃO

Carter G Woodson (1875-1950) foi um autor negro dos Estados Unidos que virou referência em seu país nos estudos sobre história e educação da população negra. Para King, Davis e Brown (2012), Woodson conseguiu, através

de seus escritos, iniciar uma discussão complexa que foi responsável por compreender como a população negra de seu país continuou sendo vítima de racismo mesmo após a abolição do sistema escravocrata. Discutindo diretamente educação, Woodson (2021) creditou o sistema educacional como responsável por, não apenas propagar, mas instrumentalizar o racismo a partir da deseducação dos sujeitos negros. Em Woodson (2021, p. 13), “os ‘Negros educados’² têm a atitude de desprezo ao próprio povo porque em suas escolas, bem como nas escolas mistas, os Negros são ensinados a admirar os hebreus, os gregos, os latinos e os teutônicos e a desprezar os africanos”. Aqui então, a escola assume um papel de instrução racista que inferioriza as pessoas de pele negra, um papel que sistematiza o processo de deseducação dos sujeitos negros.

A proposta do conceito de deseducação de Woodson (2021) é mostrar como as pessoas negras são excluídas de todo o sistema educacional, exclusão essa que se mostra na proibição direta de acesso à escola, no direcionamento a escolas técnico industriais, na formulação de currículos que excluem pessoas negras. Ou seja, a deseducação vai significar um processo de exclusão amplo que acomete os sujeitos negros a partir da instrumentalização da escola como uma ferramenta de dominação racista. A ideia de Woodson (2021) é que a deseducação é realizada a partir de diferentes formas de dominação que se manifestam no sistema educacional de maneiras distintas, através de currículos, leis, professores, gestão e outras formas. Por mais que diferentes, essas formas de dominação constituem o conceito de deseducação porque têm como princípio básico a instrução racista de que negros são inferiores e têm como objetivo final a exclusão formal e informal dos sujeitos negros dos sistemas educacionais.

Uma das formas de dominação na qual a deseducação se deu mais presente nos Estados Unidos foi nas formulações dos currículos das instituições de ensino. Para King, Davis e Brown (2012), um dos maiores méritos dos estudos de Carter Woodson foi apontar diretamente os currículos racistas da época, esse trabalho foi importante para que o movimento negro reivindicasse

² O termo destacado por Woodson (2021) ‘Negros educados’ é uma ironia utilizada pelo autor em relação a educação oferecida nos Estados Unidos do fim do século XIX e início do século XX. Para Woodson (2021) os negros que passavam pelo processo formal de educação de seu país eram na verdade deseducados.

vários elementos dos currículos educacionais. A população negra tinha problemas para reconhecer valor em seus feitos devido aos, segundo Woodson (2021, p. 22), "... currículos tradicionais da época, que não levavam o Negro em consideração exceto para condena-lo ou apiedar-se dele." Para Woodson (2021) o currículo das escolas e de faculdades de sua época, em sua totalidade, deveria ser repensado porque a caracterização das disciplinas se baseava em elementos racistas. Geografia, literatura, gramática, artes e todas outras disciplinas ofertadas no início do século XX nos Estados Unidos eram sistematicamente elaboradas e aplicadas através de um racismo europeu que ao invés de educar, deseducava a população negra. Porém, a disciplina que Woodson (2021) mais coloca seu foco e que também melhor pode explicar como a deseducação funciona é a história.

O ensino de história nos Estados Unidos, para Woodson (2021), era um desserviço completo sem nenhum tipo de contribuição efetiva para uma educação real. Os livros e manuais sobre história nacional e mundial excluía completamente qualquer tipo de contribuição da raça negra para a humanidade. Além disso, os negros e negras eram retratados a partir de diversos discursos racistas que concluía sempre que pessoas negras eram necessariamente componentes de uma raça inferior.

Em história, é claro, o Negro não tinha lugar no currículo. Ele foi retratado como um ser humano inferior, incapaz de sujeitar a paixão à razão, e, portanto, útil apenas como rachador de lenha e carregador de água para os brancos. Nenhuma reflexão foi feita sobre a história da África, exceto, até agora, como fora um campo de exploração para os caucasianos. Você poderia estudar a história como foi oferecida em nosso sistema desde o ensino fundamental até a universidade, e nunca ouviria a África ser mencionada exceto de forma negativa. Assim, você nunca saberia que os africanos foram pioneiros na domesticação de ovelhas, cabras e vacas, desenvolveram a ideia de julgamento por júri, produziram os primeiros instrumentos de cordas e deram ao mundo seu maior benefício na descoberta do ferro (WOODSON, 2021, p. 24).

A ideia de Woodson (2021) é mostrar que a maneira com que a história vinha sendo ensinada nas escolas de seu país era uma forma direta de dominação, uma forma de deseducar os sujeitos negros. O ensino da história é

uma das temáticas centrais nas discussões atuais do movimento negro, justamente porque quando a história é ensinada de uma forma que não inclui os sujeitos negros, ela só produz racismo. Na esteira do pensamento do movimento negro contemporâneo, Adichie (2019) aponta para o perigo de acreditar na existência de uma história única, porque quando se assume que determinados processos históricos são universais e exclusivos, outros processos históricos, como a história dos dominados e oprimidos, são esquecidos e desvalorizados. Para Woodson (2021), a educação dos Estados Unidos nasceu e se desenvolveu ensinando uma história única que excluía a população negra e suas contribuições. Nesse sentido, o ensino de história é um exemplo de como um processo de educação formal, deseducou a população negra.

A deseducação como esse processo que exclui pessoas negras é visto, por Woodson (2021), não como um movimento simplesmente acidental, mas sim como uma forma intencional de fazer com que sujeitos negros continuem em suas posições de sujeitos dominados. A manutenção da estrutura racista da sociedade não quer que uma educação real seja oferecida a pessoas negras. Nesse sentido, o ensino da história funciona como exemplo da deseducação como forma de manter a dominação dos sujeitos negros.

Ficou bem entendido que, se por meio do ensino da história o homem branco pudesse ter mais certeza de sua superioridade e o Negro fosse forçado a sentir que sempre foi um fracasso, e que a sujeição de sua vontade a alguma outra raça é necessária, então, ele continuaria escravizado. Se você consegue controlar o pensamento de um homem, não tem de se preocupar com suas ações. Se você fizer um homem se sentir inferior, ele não terá de ser compelido a aceitar um status inferior, pois certamente o fará por si mesmo. Se você convencer um homem de que ele é um pária, você não terá de mandá-lo para a porta dos fundos. Ele irá sozinho, sem que lhe mandem ir; e, se não houver porta dos fundos, sua própria natureza exigirá uma (WOODSON, 2021, p. 59).

Nesse ponto, é possível afirmar que o processo de deseducação dos sujeitos negros é um movimento intencional que, através da exclusão desses sujeitos das dinâmicas educacionais, tem como objetivo a manutenção de um quadro social racista. Logo, se a deseducação apontada por Woodson (2021), é um processo que busca firmar um tipo de ordem social, ela se manifesta não só

através da escola, mas também nas relações entre Estado e sociedade civil.

William Edward Burghardt Du Bois, outro educador negro dos Estados Unidos, debate diretamente a relação entre educação, racismo e a formação estatal de seu país. Para Du Bois (2021), no momento pós abolição o elemento educacional representou a esperança das pessoas negras de conseguirem uma melhoria social em suas vidas. Porém, na realidade o que aconteceu foi uma série de empecilhos criados pelo Estado para impedir que o negro acessasse as escolas ou tivessem uma educação de qualidade. Esse processo de deseducação das pessoas negras, vai servir como um dos elementos que ajuda o Estado a manter sua ordem de dominação, baseada em uma organização racista na qual pessoas negras são apenas 'recursos materiais'. É através da deseducação que o poder se mantém na classe dominante e os sujeitos negros continuam direcionados a situação de oprimidos.

Existe a tendência, nascida da escravidão e intensificada pelo insano imperialismo atual, de considerar os seres humanos um dos recursos materiais de uma região e formá-los visando apenas aos dividendos futuros. Os preconceitos raciais, que mantêm os homens pardos e negros em seus "lugares", estão começando a ser considerados aliados úteis dessa teoria, por mais que possam prejudicar as ambições e afligir os corações de seres humanos em dificuldades. E, acima de tudo, ouvimos diariamente que uma educação que incentive as aspirações, que estabeleça os mais elevados ideais e tenha como fim a cultura e o caráter, e não o pão de cada dia, é privilégio dos homens brancos e um perigo para os negros (DU BOIS, 2021, p. 121).

Nesse sentido, a partir das contribuições de Woodson (2021) e de Du Bois (2021), é possível pensar a deseducação dos sujeitos negros como uma ferramenta de dominação do Estado que busca impedir o acesso de pessoas negras tanto a uma participação efetiva na sociedade civil, quanto na própria estrutura formal do Estado. A história das formações de Estado e sociedades no Brasil são exemplos de como a deseducação dos negros foi utilizada como ferramenta de dominação pelo próprio Estado Brasileiro. Porém, antes de exemplificar esses processos na história brasileira, é preciso compreender mais sobre a relação entre Estado, sociedade civil e escola.

2. DESEDUCAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

3.

A deseducação dos sujeitos negros se estrutura como uma ferramenta de dominação estatal. Nesse sentido, torna-se necessário compreender como a escola e o Estado se relacionam diante das configurações políticas sociais de um país. Nessa discussão, a sociedade civil também surge como um elemento essencial na construção da relação entre escola e Estado. Neres (2012) aponta, ao comentar a obra de Gramsci, que as discussões sobre os conceitos de Estado e Sociedade Civil são realizadas desde a filosofia clássica até a filosofia contemporânea apresentando diversas possibilidades de conceituação.

Essas diversas conceituações de Estado e de sociedade civil foram construídas e defendidas em diferentes contextos e épocas ao longo da história. Em Neres (2012), é possível situar essas discussões a partir de uma distinção entre conceitos que pensavam a sociedade como o próprio Estado e conceitos que passaram a conceber a sociedade como um elemento diferente e anterior ao Estado. Para Neres (2012, p. 132), “desde Hegel que a expressão “sociedade civil” deixara de indicar o Estado ou sociedade política, como era comum à filosofia política desde o Renascimento, para designar a esfera da sociedade pré-estatal.” Hegel populariza a ideia de sociedade civil como uma esfera pública que antecede o Estado como esfera política. Na esteira do pensamento hegeliano, Marx, para Neres (2012), reformula o conceito de sociedade civil, pensando-a como uma estrutura formada pelo conjunto de produção material que está submetida ao poder autoritário do Estado. Assim, Hegel e Marx rompem com uma filosofia renascentista que pensava sociedade civil e Estado como o mesmo elemento e trazem conceituações que representam a sociedade como um elemento popular, público e político, mas ainda submetido de uma forma direta ao poder estatal administrativo.

As concepções de Marx e Hegel sobre Estado e sociedade são muito importantes até hoje para as discussões sobre poder, política e participação social. Porém, para Neres (2012) é a teoria de Gramsci que consegue melhor desenhar um quadro dos conceitos de sociedade civil e Estado diante dos desafios da contemporaneidade. O pensamento de Gramsci é marcado pelas discussões políticas do início do século XX que se pautavam no questionamento

do motivo da ascensão dos movimentos fascistas em detrimento do fracasso dos movimentos socialistas dessa época. Segundo Neres (2012, p. 123), “Gramsci propõe-se a realizar um estudo aprofundado sobre as causas da derrota da revolução socialista no Ocidente”. Para realizar esse estudo, Gramsci se questionou sobre como uma dominação estatal pode ser tão poderosa que consegue desarticular os movimentos revolucionários de uma sociedade civil organizada. Logo, fez-se necessário um estudo sobre as definições de sociedade civil e Estado no início do século XX.

Para Neres (2012), Gramsci defende a ideia de que a hegemonia burguesa se desenvolveu tanto que conseguiu superar o domínio simples baseado na coerção estatal. Dessa forma, a dominação não estaria orientada em uma relação fixa e direta entre Estado e sociedade civil, mas sim em uma relação mais fluida na qual a própria sociedade seria um vetor de dominação mais poderoso do que o simples modelo coercitivo. Assim, o conceito de sociedade civil de Gramsci se distancia de Hegel e Marx ao propor que a sociedade civil seja uma superestrutura de produção de consenso na qual a dominação se estabelece não como resultado do poder puro e simples do Estado, mas sim como parte constituinte desse próprio Estado.

No entanto, em Gramsci, em razão da especificidade de seu objetivo, que não é investigar a dinâmica de causalidade do processo histórico (já tida como definitivamente estabelecida pela elaboração teórica marxiana), “a expressão “sociedade civil” não nomeia mais o “sistema de carecimentos” e de sua regulação, como em Hegel, nem a estrutura de produção da vida material, como em Marx, mas uma nova esfera superestrutural de produção do consenso típica do Estado capitalista do século XX (NERES, 2012, p. 123).

Ao conceituar a sociedade civil como uma superestrutura de dominação, Gramsci cria também uma nova conceituação de Estado, uma organização político administrativa própria, mas constituída também da sociedade civil: o Estado ampliado. Segundo Neres (2012), esse Estado ampliado significa o resultado da interação dialética entre as organizações político-administrativas da sociedade política e as organizações político-sociais da sociedade civil. Assim,, o conceito de Estado em Gramsci une a coerção estatal direta com a legitimação dessa coerção através das instituições sociais representadas na sociedade civil. Dessa forma, as reflexões gramscianas possibilitam a compreensão de que a

dominação estatal vai estar conectada diretamente com as ferramentas de dominação presentes na sociedade civil.

A conceituação de Estado e sociedade defendida por Gramsci e apresentada por Neres (2012), valida a ideia de que a deseducação dos sujeitos negros, em Woodson (2021) e Du Bois (2021), é uma ferramenta de domínio do Estado ampliado que utiliza a escola, uma organização inserida na sociedade civil, como o espaço que instrumentaliza essa deseducação. Na esteira do pensamento Gramsciano, Althusser (1985) defende que a escola é um aparelho ideológico que funciona como um mecanismo de dominação que tem como objetivo manter a ordem vigente estabelecida pelo Estado. Para Althusser (1985), na modernidade a escola substitui o papel que a igreja tinha na Idade Média e passa a ser o aparelho ideológico de principal utilização estatal. É através da escola que o Estado ensina as pessoas como se portar, se vestir, o que deve e o que não deve pensar e dessa forma a organização estatal impede as pretensões revolucionárias da sociedade civil.

A partir da ideia de Estado ampliado gramsciana, Althusser (1985) defende que a escola é um instrumento de dominação, que cria empecilhos para que a sociedade civil alcance melhorias sociais. Dessa forma, a escola impede esse viés revolucionário da sociedade civil, mantendo a ordem estatal vigente. Em um Estado formado e constituído pelo racismo, é função da escola como um aparelho ideológico criar condições para que essa organização racista se mantenha e se propague. Logo, a deseducação dos sujeitos negros pode ser vista como essa ferramenta de dominação que usa a escola para manter o racismo como elemento de organização estatal.

Estados racistas atribuem ao racismo uma função de organização social baseada na raça. Para Fanon (2021), o racismo vai ser utilizado para manter uma hierarquia de exploração social, na qual sujeitos negros são inferiorizados. Dessa maneira, para Fanon (2021, p. 80), “na verdade o racismo obedece a uma lógica infalível. Um país que vive, que tira sua substância de povos diferentes, inferioriza esses povos.” Os Estados racistas que foram construídos ao longo da história só conseguem se manter dando continuidade e reforçando as estruturas sociais racistas que possibilitaram seu surgimento a partir da exploração das pessoas negras. Essa reprodução do domínio racista é feita justamente através

dos elementos da sociedade civil, da mídia, da igreja, da polícia e da escola. Segundo as contribuições de Neres (2012) sobre o conceito de Estado em Gramsci, é possível perceber que o racismo produzido pelo Estado se fortalece, porque consegue ir além da simples coerção estatal e se estabelece nas instituições da sociedade civil, inclusive nos processos educacionais.

A deseducação dos sujeitos negros se manifesta como uma ferramenta de Estados racistas que, através da exclusão de pessoas negras dos processos educacionais, buscam manter as explorações baseadas na raça como elementos constituintes do próprio Estado. Assim, um Estado racista vai utilizar a deseducação do negro como forma de reproduzir o racismo que o sustenta. Woodson (2021) e Du Bois (2021) descrevem como esse processo ocorreu com a população negra dos Estados Unidos. Ao unir essas contribuições com as discussões sobre Estado e sociedade civil, é possível fazer uma análise da deseducação do negro ao longo da história brasileira.

4. A DESEDUCAÇÃO DO NEGRO NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Diante do explicitado acima, é possível afirmar que os Estados racistas utilizam a deseducação de sujeitos negros, através das escolas, como ferramenta para manter esses sujeitos excluídos e fazer com que eles tenham dificuldades de se organizar para lutar por melhorias sociais em uma sociedade civil plena. Assim, o racismo continua funcionando como uma força de exploração que consegue manter as relações de dominação sob a população negra. Dessa forma, para entender como esse processo ocorreu ao longo da história do Brasil é preciso compreender como o Estado e a sociedade civil brasileira se organizaram ao longo do tempo e como essa organização se relaciona com a escola e com a população negra do país.

Para analisar as relações entre Estado, sociedade e democracia no Brasil, Botelho e Ferreira (2022) elencam momentos históricos que marcaram a organização estatal e social do país. Já Coutinho (2006) elenca momentos históricos do Brasil para discutir a formação e as crises do Estado Brasileiro ao longo da história. A partir de Botelho e Ferreira (2022) e Coutinho (2006) é possível definir momentos que marcam a história brasileira e servem de exemplo

para observar as configurações da relação entre Estado e sociedade civil, são esses momentos: Colônia; Império; Primeira República; o Estado Novo; Ditadura Militar; Democratização e atualidade. Assim, é preciso entender como a deseducação dos sujeitos negros se articulou com a escola, o estado e a sociedade em cada um desses momentos.

Para Botelho e Ferreira (2022) o período Brasil Colônia-Império foi marcado por uma centralização de poder que marcou a organização estatal. O Estado do Brasil Colônia era uma organização administrativa burocrática submissa a ordem direta de Portugal, todas relações estatais eram marcadas por essa centralização que mantinha a coroa portuguesa como elemento central do poder econômico social no Brasil. Após o fim do período colonial, o Brasil Império inicia sua trajetória mantendo as mesmas características de organização estatal da colônia. Para Coutinho (2006, p. 175), “o processo de independência não se constituiu absolutamente em uma revolução no sentido forte da palavra, isto é, não representou um rompimento com a ordem estatal e socioeconômica anterior”. O que acontece é um rearranjo das classes dominantes para manter o controle da exploração dos povos através da ordem estatal. Além disso, o processo de construção de uma sociedade civil organizada que já não acontecia na colônia devido ao domínio direto e repressivo, continuou sem acontecer no império, já que o poder estatal continuou a explorar a população e coibir uma organização civil plena. Logo, no processo de construção da história brasileira, segundo Coutinho (2006, p. 175), “conhecemos um Estado unificado antes de sermos efetivamente uma nação”.

Para Garcia (2007), é impossível analisar esse período histórico sem analisar a regência do sistema escravocrata. Durante o tempo colonial até o fim do império, o Brasil possuía um sistema de escravidão de pessoas negras que era central para o desenvolvimento econômico do país. O tráfico negreiro gerou muito dinheiro para o Estado, assim como a exploração dos escravos nas plantações, características desse período brasileiro. O poder centralizado do Estado português na colônia e o poder, também centralizado, na ordem estatal do império, é fruto direto da exploração da população negra escravizada. Como forma de manter a dominação vigente, baseada nessa escravidão, a deseducação dos sujeitos negros, como em Woodson (2021), é utilizada para

manter a população negra excluída.

Garcia (2007) aponta que na era colonial a exclusão da população negra era explícita, as escolas não permitiam alunos negros. Aqui a deseducação se encontra em sua forma mais direta, a exclusão formal através de leis que impedem o simples acesso dos sujeitos negros a escola. No Brasil Império, ainda na vigência do regime escravocrata, a deseducação dos negros brasileiros continuou sendo exercida da mesma maneira colonial. Garcia (2007, p. 34), assegura que, “a educação do sistema escravocrata, com suas escolas de primeiras letras, diferenciadas por gênero e disciplinas, não permitia a presença dos escravizados já que, por lei (art 6º da Constituição de 1824) era reservada aos cidadãos brasileiros”. Dessa maneira, os negros escravizados, mesmo os nascidos no Brasil, eram considerados africanos e sem direito a educação. Na reforma Couto Ferraz em 1854 que instituiu a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 7 anos, dois pontos de exceção marcam a deseducação da população negra. Nessa reforma, de acordo com Garcia (2007, p. 34) “não seriam aceitas crianças com moléstias contagiosas e nem escravas”. A deseducação direta nesse momento brasileiro foi utilizada como forma de proibir que pessoas negras tivessem acesso à educação para que essa população continuasse na condição de explorada e o Estado continuasse a perpetuar sua dominação centralizada.

Durante a Primeira República, segundo Botelho e Ferreira (2022) a organização estatal ficou marcada pela tentativa de criar um Estado forte plenamente brasileiro a partir do fortalecimento de instituições nacionais. Para Coutinho (2006), esse movimento não foge da lógica de poder centralizado, pois, apesar da organização administrativa republicana ser diferente da imperial, o poder ainda ficou ligado às elites dominantes e distante da organização civil. Nesse período, a ideia dominante da construção de um Estado forte se realizou em dissonância total da sociedade civil fragilizada da época, já que, segundo Botelho e Ferreira (2022, p. 48), “era praticamente um lugar-comum na Primeira República atribuir às instituições políticas liberais adotadas na Constituição de 1891 uma legalidade sem correspondência na sociedade”. Assim, as relações oligárquicas prevaleciam sob a égide da legalidade enquanto as questões sociais da população em geral eram negligenciadas.

Essa organização oligárquica da Primeira República, iniciada um ano após a abolição do sistema escravocrata, continuou a tradição colonial do Estado brasileiro de explorar pessoas negras. Para Silva e Araújo (2005) as relações de dominação étnico-raciais continuaram e foram fator de manutenção do poder das elites dominantes nesse novo período histórico. Os senhores de escravos que faziam parte da elite brasileira no império, continuaram fazendo parte dessa elite ainda explorando o sujeito negro, agora liberto. A estrutura administrativa foi alterada, mas a lógica de dominação estatal não.

Observa-se que a abrupta dissolução do sistema colonial-escravista para a nova ordem social republicano-capitalista não foi suficiente para erradicar a forte concepção etnocêntrica das elites dominantes. Sem abandonar as teorias étnicoraciais dos séculos anteriores – quando a hegemonia da raça branca orientava a hierarquia das raças e sancionava o grupo “rácio-cultural” dominante – a apropriação das teorias liberais européias pelos intelectuais paulistas foi realizada através da negação da realidade, principalmente na rejeição do negro (SILVA E ARAÚJO, 2005, p. 66).

Também nessa organização de Estado e sociedade da Primeira República, a deseducação dos sujeitos negros continuou cumprindo seu papel de excluir esses sujeitos dos processos educacionais. Durante a Primeira República, a educação no Brasil ganha um status de elemento que pode possibilitar o desenvolvimento do país. Dessa forma, de acordo com Silva e Araújo (2005), várias reformas promovidas pelo Estado brasileiro passam a tentar organizar os processos educacionais vigentes no território do Brasil. Para Silva e Araújo (2005, p. 69), “após a abolição da escravatura (1888) várias tentativas são realizadas para regulamentar o ensino público brasileiro”. Nessa perspectiva, existe uma tentativa do Estado de promover o ensino no Brasil, porém, essa promoção do ensino da Primeira República não inclui a recém liberta população negra.

Para Silva e Araújo (2005), apesar do aumento do número de escolas, as pessoas negras continuaram com acesso negado à educação. A proibição direta da época escravocrata deu lugar a uma forma de deseducação menos direta, já que no fim do século XIX e início do século XX, o Estado criava empecilhos para afastar a população negra das escolas. As melhores escolas públicas eram colocadas em locais distantes e de difícil acesso para famílias pobres, também

existiam regras de comportamento 'moral e cívica' que funcionam como desculpa para não aceitarem alunos negros e negras (já que o negro era visto como imoral), e o número de vagas nas melhores escolas era bem restringido (para negar a matrículas de alunos negros sob a desculpa de falta de vagas). Além disso, essas instituições eram regidas sob uma lógica racista que fazia a discriminação racial ser utilizada pela gestão e por professores, afastando o desejo de alunos negros de tentarem se matricular. Ou seja, de acordo com Silva e Araújo (2005), as reformas educacionais dos séculos XIX e XX, negaram a presença da população negra nas escolas.

O Estado utilizou a deseducação dos sujeitos negros nesse momento para destinar as boas escolas públicas para as elites. Para Silva e Araújo (2005, p. 71), "entende-se que a escola "apropriada" pelas classes dominantes perpetuava-se como vantagem competitiva das elites, preservando o status quo destas mesmas classes em detrimento da educação das populações negras rurais e/ou urbanas". Assim, a deseducação dos sujeitos negros servia aqui para manter a estrutura oligárquica do Estado Brasileiro, enquanto as classes dominantes tinham uma educação 'apropriada', os sujeitos negros continuavam com acesso negado a uma educação de qualidade para que continuassem sendo explorados por essa elite que acessava a boa educação.

Depois do fim da Primeira República, o Estado Novo surge como a nova forma de organização administrativa. Para Coutinho (2006), a ditadura de Getúlio Vargas instaura um tipo de corporativismo, unindo-o a estrutura oligárquica que se consolidou na Primeira República. Agora o poder do Estado começava a se estruturar a partir de um corporativismo estatal, ainda conectado às oligarquias, que foi o responsável por industrializar o país. A partir de 1937, o Estado brasileiro inicia um processo de industrialização, financiado não pelo empresariado local, mas sim pela própria organização estatal, com o objetivo de criar um capital industrial que promovesse mais poder a classe dominante, que no Brasil representava o próprio Estado (COUTINHO, 2006). Esse novo tipo de dominação continuou funcionando a partir da exploração da mão de obra das pessoas negras, agora utilizadas na empreitada industrial do país.

Ao mesmo tempo em que a industrialização avançava, Coutinho (2006) ressalta que, é a partir da década de 1930 que a sociedade civil começa a se

estruturar verdadeiramente no Brasil. A criação de sindicatos assim como a organização de movimentos populares fizeram com que a sociedade civil começasse a se organizar no país. O surgimento da sociedade civil organizada no Brasil, por mais que significativa, é marcado por uma rápida absorção do Estado na tentativa de coibir possíveis revoltas que pudessem ameaçar o poder estatal.

Quando a sociedade civil começa a emergir no Brasil, o que tem lugar sobretudo a partir dos anos 1930, logo se manifesta a tendência do Estado a absorvê-la como um seu momento subordinado, o que se expressa precisamente no modo corporativo de representação dos interesses. Com isso, é favorecido o permanente fortalecimento do Estado e a não menos permanente tendência ao debilitamento da sociedade civil (COUTINHO, 2006, p. 179).

Dessa forma, a deseducação do negro brasileiro é utilizada nesse momento para manter a dominação corporativista industrial do Estado e auxiliar na assimilação e subordinação da iniciante sociedade civil organizada. A deseducação continuou funcionando no mesmo sentido de dificultar o acesso das pessoas negras ao ensino de qualidade. Além disso, para Silva e Araújo (2005) existe o surgimento de escolas técnicas industriais, a partir da década de 30, que permitiram e incentivaram o ingresso de pessoas negras, enquanto as escolas tradicionais continuavam negando esse ingresso. As escolas técnicas industriais, para Silva e Araújo (2005, p. 73), “propiciaram a escolarização profissional e superior de uma pequena parcela da população negra, não obstante a existência de uma conspiração de circunstâncias sociais que mantinham os negros fora da escola”.

Apesar de existir um avanço no ingresso de pessoas negras nas escolas na década de 1930, é válido apontar que esse processo de inserção através das escolas técnicas pode ser visto como mais uma forma da deseducação dos sujeitos negros. É justamente no momento de industrialização do país, quando existe uma necessidade de mão de obra, que os negros são incentivados a participar desse tipo específico de escolarização. Essa escolarização oferecida é uma forma do Estado transformar os sujeitos negros em operários para que o capital industrial do próprio Estado consiga continuar explorando a força de produção da população negra. Esse movimento do ensino técnico nos Estados Unidos, é apontado por Du Bois (2021), como uma forma de ensinar o negro a

trabalhar antes de pensar em sua situação social. Da mesma forma, a deseducação do negro brasileiro no período do Estado Novo funcionou oferecendo escola de formação industrial para negros, para que essa população seja explorada no novo empreendimento do Estado, enquanto a elite recebe uma educação voltada a formação de líderes, políticos e profissionais diversos.

Na linha da história da formação do Estado Brasileiro, após o período do Estado Novo, os movimentos populares continuaram a acontecer, fortalecendo uma sociedade civil brasileira organizada. Por mais que a tentativa do Estado, apontada por Coutinho (2006), de assimilar essas vontades de melhorias sociais oriundas da organização popular, ainda estivesse funcionando, a sociedade civil começou a se organizar de forma que alguns elementos escapassem desse domínio do Estado ampliado. Assim, pautas sindicais, pautas do movimento negro, de melhorias na saúde e educação foram ganhando espaço. Na educação, em especial, alunos negros, mesmo com as dificuldades impostas pelo Estado, começaram a se matricular cada vez mais nas escolas públicas. Nesse sentido, o Estado, para Coutinho (2006), se sente ameaçado pela organização da sociedade civil e na tentativa de reestabelecer uma dominação plena para a autocracia estatal, promove um golpe militar.

Para Coutinho (2006), o governo militar intensificou a intervenção estatal em todas áreas sociais fortalecendo a centralização do poder do Estado. A lógica do corporativismo estatal iniciada no Estado Novo, foi não só conservada, mas também reforçada pelo governo dos militares. Assim, novamente na história brasileira, a estrutura de organização administrativa mudou, o Estado da vez era militar, mas a classe dominante autocrática continuou no poder do país. Além disso, para Coutinho (2006) a ditadura tentou coibir a organização da sociedade civil de forma mais direta e com mais força que as organizações estatais anteriores. Apesar dessa coerção, os movimentos populares continuaram lutando contra esse sistema, porém novamente o Estado brasileiro se reformulou deixando de lado a participação popular da sociedade civil.

A deseducação do negro brasileiro continuou a exercer seu papel de exclusão na ditadura. No momento que antecede a ditadura o número de alunos negros matriculados já aumentava devido ao advento das escolas técnicas no Estado Novo e ampliação da matrículas de alunos negros na rede pública devido

à movimentos populares de uma sociedade civil organizada incipiente. Porém, a deseducação dos sujeitos negros continuava utilizando as estratégias de exclusão, oferecendo uma educação apenas técnica e de qualidade inferior aos alunos negros que já tinham ingressado na escola. Uma marca da educação na ditadura, como aponta Pereira (2009), foi o aumento do número de escolas técnicas. A partir de uma reforma no ensino secundário, o governo militar transformou diversas escolas públicas em escolas técnicas, deixando a iniciativa privada oferecer outro tipo de educação. Assim, Pereria (2009) descreve a deseducação quando aponta que o Estado oferecia um ensino técnico de baixa qualidade para pobres e negros, enquanto as escolas da iniciativa privada eram o destino dos ricos. Além disso, Pereira (2009) aponta um racismo cordial como elemento que estruturava o ensino da ditadura, o negro era ensinado que não poderia, que não conseguiria alcançar determinados espaços na sociedade.

Desde a formação colonial até o fim da ditadura, a deseducação dos sujeitos negros funcionou não só a partir da exclusão direta, dos empecilhos para o ingresso, do ensino técnico, mas também a partir do currículo. O currículo apontado, por Woodson (2021), como deseducador nos Estados Unidos, também pode ser visto como deseducador no Brasil. Dias (2005) aponta que o ensino sobre questões étnico-raciais e sobre a história do povo negro só vai ser oficializado na legislação brasileira em 2003 com a Lei N°10.639, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino da história afro brasileira na rede de ensino do Brasil. Os negros brasileiros passaram toda história do país ou sendo excluídos diretamente ou sendo ensinados a partir de currículos que também os excluíam.

Essa conquista, apontada por Dias (2005), é uma das grandes marcas da redemocratização e da atualidade na educação do Brasil. Com o fim da ditadura militar, Coutinho (2006) aponta que muitas conquistas sociais aconteceram devido à organização da Sociedade Civil que se manteve em luta mesmo sob a coerção da ditadura. A Lei N° 10.639/2003 é uma dessas conquistas, que para Dias (2005) é resultado direto das lutas do movimento negro brasileiro que sempre pautou uma educação justa para população negra do país. Além dessa lei, também é marca desse período recente da história brasileira a lei de cotas. Essa lei busca garantir o acesso de pessoas negras ao ensino superior, a partir

da destinação de vagas em faculdades para pessoas negras, como forma de uma retribuição histórica que reconhece a exclusão dos sujeitos negros dos processos educacionais.

Apesar dos avanços sociais alcançados na redemocratização e atualidade, Coutinho (2006) aponta que o momento do Estado brasileiro atual é marcado por uma crise estrutural que resulta em duas possíveis saídas: um domínio neoliberal ou uma virada ao socialismo baseado nos movimentos populares da sociedade civil. Enquanto essa crise não se resolve, Coutinho (2006) defende que existe um domínio estatal da classe dominante na atualidade que se organiza a partir da proposta de um capitalismo neoliberal, de novas formas de exploração. Assim, as melhorias sociais na educação, apontadas por Dias (2005) e advindas dos movimentos populares que resultaram na redemocratização, não significam o fim da deseducação dos sujeitos negros. O Brasil ainda continua sendo um estado racista que precisa explorar pessoas negras para manter sua hierarquia racial de dominação. Os estudantes negros conseguiram entrar nas faculdades, mas têm problemas de permanência estudantil, as escolas públicas de bairros periféricos, com a maioria dos alunos negros, ainda sofrem com péssimas condições de estrutura e não oferecem uma educação de qualidade. Logo, na atualidade de um Estado neoliberal brasileiro, a deseducação dos sujeitos negros continua excluindo a população negra do acesso a uma educação de qualidade, porém as novas formas de dominação do neoliberalismo indicam que novas formas de deseducação irão surgir. Portanto, é preciso se antenar para as novas formas de dominação e de deseducação dos sujeitos negros, para que a partir de uma sociedade civil organizada seja possível continuar a luta contra esse processo de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas nesse texto foram realizadas para elucidar a ideia da deseducação dos sujeitos negros, entender a relação dessa ideia com o Estado e a sociedade civil e apontar como essa deseducação aconteceu com o negro brasileiro no decorrer da história. Assim, a tarefa proposta aqui foi de entender o caminho da dominação. No entanto, é válido apontar a importância

dos movimentos de resistência negra no campo educacional. Se o Estado não se preocupava em educar os negros e negras, essa população se organizou por conta própria e desenvolveu mecanismos para oferecer educação ao seu povo. Cruz (2005) aponta que a população negra criou escolas próprias nos quilombos, durante o regime escravocrata, e nas comunidades, no pós-abolição, também foram instruídos em movimentos populares, em organizações não governamentais fundadas pelo movimento negro. Enquanto a deseducação dos sujeitos negros impedia o acesso a uma educação de qualidade, a resistência da população negra criou diversas formas de promover uma educação de qualidade que conseguiu ajudar algumas pessoas negras.

Diante do panorama apresentado, a deseducação dos sujeitos negros fica definida como um processo de dominação estatal que funciona a partir da instrumentalização da escola, na sociedade civil, como um aparelho ideológico do Estado. Esse processo de dominação se caracteriza por excluir, de diversas formas, os sujeitos negros de uma educação de qualidade, para que o Estado consiga manter as relações de dominação vigentes, baseadas na exploração racista das pessoas negras. A deseducação aconteceu de diversas formas ao longo da história brasileira trazendo um prejuízo gigantesco para as pessoas negras. Na atualidade, a deseducação continua operando em sua forma tradicional enquanto busca novas formas de instrumentalizar a exclusão do sujeito negro, agora em um Estado brasileiro neoliberal.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Estado e sociedade no Brasil: um encontro adiado com a democracia. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 43-63, 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. in: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CRUZ, Dos Santos, Mariléia. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DIAS, Rosa, Lucimar. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005. Brasileira: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

KING, Lagarrett & DAVIS, C. & BROWN, Anthony.. African American history, race and textbooks: An examination of the works of Harold O. Rugg and Carter G. Woodson. **Journal of Social Studies Research**. 36. 359-386, 2012.

NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o Moderno Príncipe**: a teoria do partido nos cadernos do cárcere. São Paulo: Coleção PROPG Digital (UNESP), 2012.

PEREIRA, Maurício. **Racismo na educação**: estratégia do Estado e uma possibilidade de superação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Geraldo; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológica. in: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

WOODSON, Carter Godwin. **A deseducação do negro**-Com prefácio de Emicida. São Paulo: Edipro, 2021.

Recebido em 24/09/2023.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.